

Exemplaridade institucional e renovação pedagógica:

reflexões a partir das viagens de professores
do Instituto de Odivelas

Joaquim Pintasilgo*

Resumo:

Este artigo procura refletir sobre as viagens pedagógicas realizadas por professores numa instituição concreta, o atual Instituto de Odivelas (Portugal), dedicada à educação, em regime de internato, de crianças e jovens do sexo feminino filhas de militares e caracterizada pela sua exemplaridade e pelo desenvolvimento, em momentos diferenciados, de um conjunto de inovações pedagógicas. Dessas viagens resultaram relatórios, que constituem a principal fonte do presente trabalho e que permitem pensar a viagem como recurso tendo em vista a legitimação do projecto educativo do Instituto.

Palavras-chave:

viagem pedagógica; renovação pedagógica; educação feminina; educação doméstica; exemplaridade institucional.

* Professor da Universidade de Lisboa (UL/Portugal).

Institucional exemplary and pedagogical renewal:

reflections from the travel of teachers of the
Instituto de Odivelas [Odivelas Institute]

Joaquim Pintassilgo

Abstract:

This article tries to make a reflection on the travels made by teachers of a specific institution, the current *Instituto de Odivelas* [Odivelas Institute] (Portugal), dedicated to education, on a boarding-school scheme, of children and young female children military daughters and characterized by their exemplary and by development, in different moments, of a set of pedagogical innovations. From these travels resulted reports, which are the main source of this work and allow us to think in travel as a resource for the legitimacy of the educational project of the Institute.

Keywords:

pedagogical travel; pedagogical renewal; female education; domestic education; institutional exemplary.

Ao longo do século XX, em particular em alguns momentos, realizaram-se viagens pedagógicas de educadores portugueses ao estrangeiro, tendo por objetivo o conhecimento de instituições consideradas, de alguma maneira, exemplares e localizadas em países que passavam por ser dos mais cultos e desenvolvidos da Europa de então. Esses educadores produziram, em geral, relatórios na sequência das suas viagens, que nos permitem hoje aceder às imagens e representações que foram construindo a partir desse olhar sobre o estrangeiro e que vão do encantamento a certo distanciamento crítico, o que nos permite refletir acerca da forma pela qual os educadores portugueses se apropriaram das ideias pedagógicas em circulação internacional e as integraram nos seus projetos, tendo em vista a reforma educativa em Portugal (Fernandes, 2007; Pintassilgo, 2007a).

Vamo-nos concentrar, neste texto, nas viagens pedagógicas realizadas por professores de uma instituição concreta que temos vindo a estudar, o atual Instituto de Odivelas (então Instituto Feminino de Educação e Trabalho), e em um período delimitado, os anos vinte, usando como fontes, entre outros documentos, três detalhados relatórios escritos por professores do Instituto, que realizaram viagens pedagógicas nesse período.

1. Percorso histórico do Instituto de Odivelas

O Instituto de Odivelas, cuja designação original era Instituto Infante D. Afonso, foi inaugurado em 1900, como resultado da iniciativa de um grupo de oficiais do exército, sendo, numa primeira fase, prioritariamente destinado “à educação gratuita de órfãs” de militares (Secretaria do Estado, 1904), público este que se alargará, posteriormente, a todas as filhas de militares. Em 1902, o Instituto instala-se, após a realização de obras, no convento de Odivelas (arredores de Lisboa), onde, de resto, ainda hoje se encontra. É visível, desde o início, sua finalidade de contribuir para a educação geral das alunas, para a sua formação como mulheres (mães, esposas e “donas de casa”) e, complementarmente, para a sua formação profissional em algumas áreas consideradas adequadas ao gênero femi-

nino. O caráter prático de muitas das aprendizagens tornar-se-á uma das imagens de marca do Instituto.

A implantação da República trouxe ao Instituto um conjunto importante de transformações, tendo inaugurado uma das suas fases mais criativas e bem-sucedidas. Ainda no ano de 1910, é-lhe atribuída a curiosa designação de Instituto da Torre e Espada, logo substituída, em agosto de 1911, pela designação, bem mais expressiva, de Instituto Feminino de Educação e Trabalho (Anuário..., s.d., p. 133). Os documentos regulamentares publicados entre 1911 e 1930, este já durante a ditadura militar, e que têm grandes linhas de continuidade entre si, reforçam a dimensão profissional dos cursos, sem porem em causa o espírito inicial. O Instituto passa a ser definido como “um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino” (Secretaria da Guerra, 1915, p. 5). Procura-se, ainda, atualizar as concepções relativas à educação da mulher e introduzir um conjunto de inovações pedagógicas derivadas da influência da chamada Educação Nova. Para além do ensino primário e do curso geral dos liceus, vão funcionar, com algumas flutuações ao longo desse período, entre outros, cursos de empregadas de escritório e do comércio, de correios e telégrafos, de auxiliares de química, de artes e ofícios (em várias áreas) e de preceptoras.

Em 1919 tomou posse como diretor do Instituto o então coronel Frederico Ferreira de Simas (1872-1945), já anteriormente ligado à instituição, figura de relevo do campo pedagógico português de então, antigo diretor da Escola Normal Feminina de Lisboa (1909-1910), por duas vezes ministro da Instrução Pública, membro ativo da Sociedade de Estudos Pedagógicos, entre outras funções (Nóvoa, 2003; Vilela, 1998). Ferreira de Simas manter-se-á à frente da instituição até 1941 (ou seja, 22 anos) e marcará decisivamente pelo seu estilo de liderança, pelas concepções relativas à educação feminina e pelo projeto de concretização de uma pedagogia experimental toda a sua vida e organização.

Ferreira de Simas conseguiu, na difícil transição da República para o Estado Novo, adaptar-se ao novo contexto, preservando a coerência do projeto e mantendo a sua vitalidade e caráter inovador. Só em 1941 o regime salazarista decide dar por finda a etapa “republicana” do Instituto,

demitindo o diretor e aproveitando para proceder a uma reorganização geral – começando pela mudança do nome para Instituto de Odivelas –, que o equipara ao liceu nacional e à escola industrial e comercial e lhe retira a vocação profissionalizante. A sua identidade decorrente do fato de ser um estabelecimento de educação feminina foi preservada, ainda que numa perspectiva mais conservadora e católica. Não obstante esse fato, mantiveram-se algumas das práticas inovadoras associadas à fase anterior, tendo-se acrescentado outras (Leitão, 1980; Saraiva, 1978; Silva & Leitão, 1990; Vilela, 1998).

2. A exemplaridade do Instituto de Odivelas no contexto da Educação Nova portuguesa

Nas primeiras décadas do século XX, encontramos referenciadas, na imprensa de educação e ensino, várias instituições escolares consideradas modelares, designadamente no que se refere à concretização de práticas pedagógicas inovadoras. O realce dado à sua exemplaridade tinha em vista, seguramente, a difusão de uma espécie de “boa nova” no seio do campo pedagógico. Pondo de parte a Escola Oficina N. 1 de Lisboa, quase sempre apresentada como um caso à parte no panorama educacional de então, encontramos entre as mais emblemáticas das referidas instituições o Instituto de Odivelas. Nos balanços que Álvaro Viana de Lemos faz, na transição dos anos de 1920 para os de 1930, do movimento renovador português, em alguns casos para apresentação em congressos internacionais ligados à Educação Nova, o Instituto surge entre os exemplos apontados de escolas que se aproximam, de alguma maneira, do paradigma de Escola Nova (Lemos, 1930).

Muitos outros exemplos poderiam ser retirados da imprensa pedagógica para justificar a ideia de que ao longo da sua existência, e designadamente na sua fase de Instituto Feminino de Educação e Trabalho, o Instituto de Odivelas surgiu como escola “exemplar”. Para além da eventual justiça da adjetivação, esses discursos não deixam de ser ex-

pressão de uma estratégia do campo pedagógico renovador para procurar fazer inflectir o nosso rumo educativo por meio da apresentação de bons exemplos, de escolas modelares, cujo caráter paradigmático deveria ser seguido por todas as outras.

Na verdade, o projeto pedagógico do Instituto possuía muitos elementos que comprovam a sua modernidade pedagógica, dentre os quais podemos destacar os seguintes: a opção pelo internato, tendo em vista a criação de um ambiente que fosse plenamente educativo e moralizador; o desenvolvimento de um projeto de formação integral, no âmbito do qual eram valorizados os trabalhos manuais, a educação física, a educação estética e a educação moral, neste caso com recurso ao *self-government*; o contato frequente com a natureza, por meio das atividades desenvolvidas na horta do Instituto, de excursões e de estadias de verão na praia; a ausência de castigos corporais; a realização de “testes mentais”, para conhecimento e encaminhamento da população escolar; o controle médico da saúde e da alimentação das alunas. No que diz respeito à educação da mulher, embora as atividades ligadas à economia doméstica sejam uma presença constante, a formação profissional assume igualmente relevância, em ambos os casos, por via de atividades muito marcadas pelas perspectivas da “escola ativa” (Pintassilgo, 2007b).

3. As viagens pedagógicas realizadas no âmbito do Instituto de Odivelas

A primeira viagem pedagógica foi realizada no ano inaugural do Instituto (1900), na sequência de uma decisão do Conselho Gerente, registrada na sua ata n. 14 de 24 de junho, que estipulou “que a Regente [Maria do Carmo Magalhães] fosse, durante o período de férias, a Paris a fim de estudar a organização e funcionamento dos grandes estabelecimentos de educação de meninas” (citada em Silva & Leitão, 1990, p. 43).

Nos anos de 1920, já sobre a direção de Ferreira de Simas, quatro professores do Instituto realizaram visitas idênticas a instituições na Alemanha, na Bélgica, na Suíça, na Holanda e na Dinamarca. É sobre

três dos relatórios, que foi possível encontrar, relativos a estas viagens que incidirá o principal da nossa análise subsequente.

Em 1930, assistimos ao procedimento inverso, quando o educador Adolphe Ferrière, um dos porta-vozes do movimento internacional da Educação Nova, visitou Portugal. No âmbito da preparação da visita, que viria a ocorrer, em condições complexas, em novembro desse ano, Adolfo Lima, em carta a Álvaro Viana de Lemos, inclui o Instituto na restrita lista de instituições que estariam em condições de ser visitadas por esse dirigente do movimento renovador (Nóvoa, 1995). A visita acabou mesmo por acontecer, como podemos comprovar, mais tarde, a partir de um discurso de Ferreira de Simas:

A imprensa portuguesa muitas vezes se refere com elogio ao Instituto e temos com orgulho, num importante jornal inglês, um longo artigo sobre a nossa escola, escrito pela secretária geral da Associação das Professoras das escolas *ménagères* inglesas, que nos visitou, bem como o pedagogo suíço Mr. Ferrière que, após a sua visita, nos dirigiu uma elogiosa carta e presenteou as alunas com trabalhos seus [Anuário..., p. 136].

Nessa mesma década de 1930, a professora de economia doméstica, Guilhermina Trindade, visitou escolas *ménagères* em Berlim e Zurique. Segundo documentos compulsados por Silva e Leitão (1990), “nada viu, ali, que fosse melhor do que o praticado no Instituto de Odivelas”. Em Zurique terá assistido “a uma aula prática de puericultura. O banho era dado a bonecos de celuloide, enquanto que, aqui no Instituto, desde 1911, as alunas prodigalizavam seus cuidados e carinhos a crianças” (p. 66).

Nos anos de 1950, a diretora e várias professoras do Instituto deslocaram-se a Sèvres, tendo frequentado um estágio no Centro Internacional de Estudos Pedagógicos (CIEP). Posteriormente, a diretora dessa instituição – M.^{me} Hatinguais – visita Portugal, tendo proferido várias conferências. Estes são alguns dos principais exemplos de viagens pedagógicas realizadas por educadores ligados à instituição.

4. A missão de estudo de Alberto David Branquinho à Alemanha (maio – junho de 1922)

As viagens pedagógicas realizadas nos anos de 1920 decorrem, como os próprios relatórios fazem notar, do estipulado no regulamento do então Instituto Feminino de Educação e Trabalho, o que podemos ilustrar por meio do exemplo dos artigos do regulamento de 1921 (mantidos nas revisões subsequentes) que se lhe referem:

Art. 50. É concedido anualmente a um professor efetivo escolhido pelo Conselho escolar um subsídio de 600\$, especialmente destinado a viagem de estudo aos países de mais elevada cultura intelectual como meio de aperfeiçoamento dos métodos de ensino das disciplinas do seu grupo.

Art. 51. Além do subsídio a que se refere o artigo anterior, o Conselho Escolar poderá ainda subsidiar um ou mais professores para missões de estudo no país, com o fim de completar e desenvolver o ensino das matérias dos diferentes cursos professados no Instituto [Regulamento..., 1921, p. 73-74].

O tenente-coronel Alberto David Branquinho, inspetor de instrução do Instituto, realizou a primeira das missões dessa fase, na sequência da aprovação da mesma em sede de Conselho Escolar. O país escolhido foi a Alemanha. O objetivo era o de visitar “escolas de educação feminina” de modo que se colhesse ensinamentos que se traduzissem no “aperfeiçoamento da obra que o nosso instituto vem efetivando” (Instituto..., s.d., p. 1). O percurso incluiu cidades como Berlim, Colônia e Frankfurt, aproveitando Alberto Branquinho para visitar também “escolas doutra natureza” (idem, p. 5). A que “mais funda impressão” lhe causou, “pelo seu significado moral e educativo”, foram os chamados *Kinderhorts*, que ele apresenta da seguinte forma:

Para evitar que, terminados os trabalhos diários nas escolas oficiais, as crianças sejam lançadas para a rua, onde muitas se perverteriam, e no intuito ainda de lhes inculcar hábitos de trabalho e de limpeza individual, os alemães

criaram OS KINDERHORTS ou refúgios de crianças, cuja administração pertence às municipalidades.

Estas instituições, de tão largo alcance social, estão espalhadas por toda a Alemanha [idem, p. 7].

O relator realça o fato de aí ser dada uma refeição às crianças e, também, o de o banho ser obrigatório e chama a atenção para “a influência que poderia ter no nosso meio social o estabelecimento em Portugal de organismos similares” (idem, p. 8). Por isso, expressa, no final do seu relatório, “o voto de que ou o Estado ou a ação particular criem em breve em Portugal” essa “esplêndida instituição, de larguíssimo alcance social” (idem, p. 38). Essa escolha remete-nos à importância assumida pelas dimensões social e moral nos projetos de educação da mulher, desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX. A “rua” surge como lugar de perdição. A regeneração social, que essas instituições possibilitariam, passaria pela interiorização de “hábitos de trabalho e de limpeza individual”. São óbvias as finalidades de regulação. Pretende-se evitar que essas crianças e jovens, degenerando-se moralmente, venham a representar, no futuro, um perigo para a sociedade.

Passando para as escolas “*ménagères*” e de profissões femininas, Alberto Branquinho considera que elas “são numerosas em toda a Alemanha”, sob formas diversas (*Haushaltungsschules*, *Handelsfachschules* etc.). Nelas, “o ensino é essencialmente prático” (idem, p. 13), como constata frequentemente o relator, manifestando a sua aprovação por essa opção. Num dos internatos visitados em Frankfurt, Branquinho diz ter assistido “a uma das classes de trabalhos manuais, nada tendo visto de novo, a não ser o aproveitamento das caixas vazias de charutos para manufatura de brinquedos” (idem, p. 14). No Internato das Ursulinas, situado na mesma cidade, constata que a escola possui um bom ginásio “mas não segue os métodos modernos”, além de que “o material escolar é muito deficiente” (idem, p. 16). Essas considerações remetem-nos à complexidade do olhar desses bolsistas sobre as instituições estrangeiras, tendo como referência o Instituto em que são professores, questão a que voltaremos.

A “Lette Vereins”, situada na Victoria Luize Platz de Berlim, e que passava por ser “o melhor estabelecimento berlinense de educação feminina” (idem, p. 4), é, segundo Branquinho, “pela diversidade dos seus cursos e pelos seus processos de ensino”, dentre as escolas visitadas, “a que mais se aproxima do nosso Instituto” (idem, p. 16). A instituição é descrita de forma detalhada no relatório, ocupando essa descrição 18 das 38 páginas do documento. São elogiados muitos aspectos da sua organização pedagógica, tais como os “exercícios práticos” realizados na creche da instituição, os trabalhos de “culinária” para que são indicados grupos de alunas, o fato de toda a roupa ser lavada pelas próprias alunas, a existência de uma “agência” para a colocação das educandas etc. Curiosamente, “a aula de química aplicada é muito semelhante à do nosso Instituto, mas o seu material é mais deficiente” (idem, p. 32-33). A “Lette Vereins” possui cursos na área da administração e do comércio, um curso de habilitação para assistentes de laboratório, cursos na área do “governo de casa”, designadamente de “economia doméstica” e de “empregadas domésticas”, cursos profissionais, entre outras nas áreas de “modas”, “conserto de roupas”, “bordados”, “fotografia” e “encadernação”, cursos de “preparação de professoras” e de “educação infantil” (idem, p. 17-18).

Alberto Branquinho conclui o relatório considerando que “a corrente dominante na educação feminina [na Alemanha] é a preparação quase exclusiva da mulher para a sua formação no lar ou para o exercício da atividade comercial e industrial”, sublinhando “a organização e feição prática e utilitária dos cursos”, o que pode constituir, segundo as suas palavras, “um excelente modelo” para cursos similares do Instituto, e o particular cuidado dado ao ensino do desenho, o qual “deve ter no nosso Instituto um maior desenvolvimento” (idem, p. 37-38).

5. A missão de estudo de José Augusto de Melo Vieira à Bélgica (abril – maio de 1923)

O major José Augusto de Melo Vieira, também professor no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, realizou, um ano após, a segunda das

visitas dessa fase, tendo, dessa vez, a Bélgica como destino. O relator justifica a escolha, afirmando “que nesse país poderia colher bastantes elementos que, convenientemente aproveitados... se poderiam traduzir em úteis aproveitamentos... na obra de renovação social que o nosso Instituto há muito vem procurando fazer” (Relatório..., 1923, p. 25). O objetivo era “pôr-me em contato com o ensino técnico e profissional e o ensino *ménager*” (idem, p. 27).

Como o próprio afirma, levou de Portugal “uma carta de apresentação” escrita pelo “Sr. Dr. Faria de Vasconcelos” e dirigida ao “Sr. diretor das Escolas de Bruxelas, o professor Dr. Victor Devogel” (idem, p. 26), que contribuiu sobremaneira para o sucesso da missão. Esse fato põe em destaque as redes de solidariedade existentes entre os educadores ligados ao movimento internacional de renovação pedagógica, de que Faria de Vasconcelos surgia como figura de relevo. Recordemos, além disso, a sua estadia de vários anos na Bélgica, onde havia fundado a Escola de Bierges-les-Wavre, encerrada com o início da Grande Guerra, uma das que, na avaliação de Adolphe Ferrière, mais se aproximava do paradigma da Escola Nova (Vasconcelos, 1915).

Embora, da mesma maneira que seu antecessor, mais preocupado com as instituições de educação feminina, Melo Vieira dirigiu também a sua atenção para outro tipo de estabelecimentos de ensino. As escolas infantis são bastante elogiadas e vistas como resultado da concretização das “ideias novas sobre educação”. O mobiliário é considerado apropriado à “estatura” e “à necessidade de movimento das crianças”, para além de “facilitar a aplicação dos métodos ativos empregados nos jardins de infância”. Por influência da “psicologia experimental”, a criança é olhada “como um ser em formação, com personalidade própria e nunca um homem em miniatura”. As salas são “amplas, cheias de luz” e “cuidada e carinhosamente ornamentadas”. O “serviço médico” vigia atentamente a saúde das crianças. As atividades ao ar livre, nos jardins dos estabelecimentos, como cavar e regar, são numerosas (Relatório..., 1923, p. 44-47).

As escolas primárias belgas são alvo de idênticos elogios. Os espaços são adequados, com “ar” e “luz”, o mobiliário apropriado, nos jardins pratica-se a agricultura, a horticultura e a arboricultura e é atribuída “uma

importância enorme ao emprego do método ativo” (idem, p. 54-56). O ambiente dessas escolas é marcado pela “alegria” e pela “beleza”. É verdadeiramente “uma escola para crianças”, mas que as prepara “para o seu destino de homens e cidadãos” (idem, p. 60). Nessa descrição estão bem presentes algumas das grandes referências da Educação Nova, que essas viagens permitem partilhar.

O “método Decroly”, que parece prevalecer em ambas as instituições, é alvo de uma descrição detalhada, em especial no que se refere ao chamado “método dos centros de interesse ou das ideias-eixos”. O relator dá uma particular atenção à sua concretização prática, na sequência de visitas demoradas a várias escolas, chegando à conclusão de que a organização das classes “constitui um todo”, sendo o seu funcionamento distinto do das outras escolas em áreas como a organização e decoração do espaço, o material utilizado, a responsabilização das alunas, a auto-disciplina etc. (idem, p. 63-67).

As Escolas Primárias do 4º Grau para raparigas, que o autor considera equivalentes às Escolas Primárias Superiores portuguesas, são caracterizadas como instituições muito interessantes, onde prevalecem os “exercícios de redescoberta”, o recurso (não exclusivo) à “intuição” e “o princípio da ação” (idem, p. 78). Os seus objetivos situam-se a três níveis: o desenvolvimento da “inteligência” da mulher e das “qualidades inerentes ao seu sexo”; a preparação da “mãe de família”, veiculando-lhe “os conhecimentos indispensáveis para o governo da sua casa e a educação dos seus filhos; a formação, por meio da “educação técnica”, da “trabalhadora”, de modo que as mulheres possam dispor de “meios de subsistência”. Segundo o juízo de Melo Vieira, que confessa basear-se na opinião dos seus interlocutores belgas, o projeto do 4º grau terá possibilitado a superação da antiga concepção sobre o papel da mulher, de que resultavam programas de formação estritamente utilitários, isto no contexto pós-guerra, em que a noção do que poderia constituir uma ocupação feminina se havia alargado.

Uma mulher – uma mãe – necessita absolutamente de estar preparada para em sua casa – pelo menos – exercer múltiplos ofícios, variadas ocupações

e averiguado que ela está, na vida social, tão sujeita como o homem – mais até – diz-se – às flutuações da vida, nada justifica que se não pense a sério em lhe dar todas as defesas...

“Era tempo de acabar com a acanhada educação técnica que se praticava”
[idem, p. 82-83].

As afirmações anteriores são, para além da referência à situação na Bélgica, uma expressão clara do pensamento de Melo Vieira acerca da educação da mulher, na verdade coincidente com o praticado no Instituto de que ele era professor.

O relator visitou, por fim, um conjunto importante de escolas do ensino técnico e profissional feminino, que considera constituir “um dos grandes meios de moralização e de progresso nacionais” (idem, p. 95). Um dos aspectos que é destacado é o fato de estar subjacente a essas escolas um verdadeiro projeto de “educação intelectual”, “física” e “moral”, desenvolvendo nas alunas um “corpo são”, a “vontade”, bons “hábitos”, o “amor pelo trabalho e pela casa” e o “sentimento profundo da sua própria dignidade” (idem, p. 112). Fica claro que a educação feminina tem, a esse nível, uma finalidade de formação integral e claros propósitos de moralização, por meio da divulgação dos valores adequados à mulher e necessários para a preservação do equilíbrio social. A concretização desse projeto só será possível, na óptica do autor, se puder contar, para além de novos programas e métodos de ensino, com “a capacidade profissional dos mestres, a sua orientação educativa e a sua fé de apóstolos” (idem, p. 113). Em relação especificamente ao ensino “*ménager*”, elemento essencial do ensino técnico e profissional feminino, a avaliação é entusiástica:

Diz-se, e eu creio que com fundada razão, que é a Bélgica o país onde melhor se tem desenvolvido o ensino *ménager*. Será? Não será? Ignoro-o por falta de elementos de comparação; o que, no entanto, a minha observação deu é que ele é absolutamente popular e absolutamente oficial e se dermos crédito – e nada permite que o não façamos – às informações várias recolhidas, é, com efeito, a Bélgica o país onde devemos colher o tipo mais perfeito

da sua organização, atingido por uma série sucessiva de etapas que vários e diferentes congressos têm consagrado [idem, p. 124].

A principal conclusão, apresentada no final do relatório, dá exatamente conta do balanço francamente positivo feito por Melo Vieira em relação à educação da mulher na Bélgica: “A escola belga procura preparar a mulher para desempenhar na vida a sua missão principal – a de boa esposa e boa mãe – fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, vários meios de poder ganhar, honradamente, pelo trabalho, o seu pão e o dos seus”. Se a coincidência de perspectivas acerca da educação feminina já foi notada, é importante também constatar que a viagem permitiu que se confirmasse, no espírito do professor, o caráter vanguardista do Instituto, mesmo no plano internacional, o que legitimava o seu projeto próprio: “a mais consoladora das impressões que senti ao concluí-la foi a de que o nosso Instituto é qualquer coisa que pode pôr-se ao lado do que de bom encontrei no meu caminho”. Mesmo assim, deixa algumas sugestões e que vão, principalmente, no sentido de valorizar a “feição utilitária e prática” dos cursos, algo recorrentemente sublinhado nas escolas belgas. Além disso, é proposta a criação de uma “escola normal de professoras de economia doméstica”, no gênero da encontrada em Wavre-Notre-Dame, e constatada a necessidade de fazer “uma propaganda ativa... sobre a obrigatoriedade do ensino de economia doméstica” (idem, p. 165).

6. A missão de estudo de J. Santos Correia à Suíça (outubro de 1925)

O tenente-coronel J. Santos Correia, professor de geografia do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, foi outro dos viajantes pedagógicos desse período. Da mesma maneira que os anteriores, apresentou um desenvolvido relatório com os resultados da sua missão. Ao apresentar os seus objetivos, Santos Correia recorre à tese da exemplaridade e do caráter pioneiro do Instituto:

Esta importante função [educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino] e o lugar de excepcional destaque e justificado crédito de que o Instituto goza entre todos os estabelecimentos do país destinados à educação feminina, impõem-lhe naturalmente o dever de acompanhar de perto a evolução dos métodos de ensino nos países mais progressivos, bem como tudo o que nestes vá sendo posto em execução a favor da educação feminina, isto é, da preparação da mulher para a vida prática. É a este elevado objetivo que visam as viagens de estudo a que se refere o art. 71. do Regulamento de 21-11-1924 [Relatório..., 1925, p. 34].

Essa justificação remete-nos para a ideia, já esboçada, de que existia claramente, à época, uma rede internacional que permitia uma fácil circulação de pensamentos e de práticas pedagógicas inovadoras. O Instituto, e algumas das figuras a ele ligados (em particular o seu diretor, coronel Ferreira de Simas) – fazia parte dessa rede e buscava a legitimação de seu projeto e de sua ação, tanto interna quanto externamente, nesse olhar para o estrangeiro que, chamando a atenção para o que de novo aí se fazia, realçava, simultaneamente, a modernidade do próprio Instituto, mesmo se enquadrado nesse contexto mais geral.

Uma vez que se pretendia, tendo em conta o caráter do Instituto, “estudar a educação feminina”, a opção pela Suíça decorria do fato de se desejar, segundo o relator, “escolher um país onde a educação feminina... se encontrasse mais desenvolvida”, tendo a Suíça “numerosas escolas [que] gozam de universal reputação” (idem, *ibidem*). É conhecida, de resto, a atração que aquele país, então considerado o principal foco de irradiação das ideias novas em educação, exerceu sobre educadores de todo o mundo, que aí acorriam, com o propósito de visitar as suas escolas-modelares, daí retirando ensinamentos (e entusiasmo) que lhes permitissem contribuir para a modernização pedagógica dos seus respectivos países. Nesse caso, é o próprio autor que assume ter-se “naturalmente em vista a adoção entre nós do que seja aplicável ao nosso meio e possa contribuir para o progresso das nossas instituições de ensino” (idem, p. 52).

O percurso pela França, a caminho do destino final, possibilitou a Santos Correia uma visita a vários estabelecimentos de ensino na cidade

de Lyon. Em relação às escolas de educação feminina, o relato retoma um dos lugares-comuns dos discursos dos outros viajantes, expressão fiel de algo que é defendido (e, por isso, visto): o “caráter essencialmente prático” do ensino ministrado (idem, p. 43). A visita a uma Escola Maternal deixou-lhe gratas recordações, justificadas pelas “salas amplas, bem iluminadas e arejadas” e pelo “mobiliário adequado” (idem, p. 44). A constante atenção dada à qualidade e adequação dos espaços visitados (edifício, mobiliário etc.) surge como consequência da importância que essa dimensão assume no pensamento pedagógico renovador, em particular por via da influência higienista. O método de ensino aí adotado, tendo em vista “o desenvolvimento das diversas faculdades da criança” é assim sistematizado pelo relator:

O método de ensino, como o indica a designação das escolas [“Écoles Maternelles”], é o que consiste em imitar, o mais possível, os processos de educação de uma mãe inteligente e dedicada, método essencialmente natural, familiar, aberto a todos os progressos, suscetível de modificação e aperfeiçoamento.

Serve de orientação o método de Froebel, seguindo-se algumas das sugestões do método Montessori [idem, p. 46].

Já na Suíça, que considera uma das “mais progressivas civilizações do mundo”, Santos Correia elogia a atenção dada ao ensino profissional, à cooperação da iniciativa particular com o Estado, à liberdade de ensino, à liberdade de consciência e de crença, à harmonização do ensino com os princípios da democracia, o serviço médico das escolas, entre outros elementos (idem, p. 61-63). Os espaços escolares são considerados exemplares, verdadeiros “palácios da democracia”:

Merecem referência especial os edifícios escolares da Suíça. Desde a escola primária até a universidade, as escolas da Suíça são edifícios amplos, majestosos, testemunho frisante do culto que o povo suíço tem pela instrução...

Satisfazendo aos requisitos exigidos pelos modernos princípios de educação, observando rigorosamente os preceitos da higiene, as escolas primárias

oferecem aos seus pequenos frequentadores as melhores condições de salubridade e conforto [idem, p. 66-67].

É de novo bem visível, como no exemplo francês, a importância atribuída, no contexto da nova pedagogia, à higiene (no sentido amplo) dos espaços escolares.

A visita a diversas escolas infantis permite ao autor destacar a importância que aí é atribuída aos trabalhos manuais e defender o seu “grande valor educativo”, por permitirem estimular “a atividade da criança” e fazer nascer nela “o amor ao trabalho”, auxiliando “a educação da vista e da mão”. Os trabalhos manuais são aí adaptados, “segundo os preceitos da pedagogia, às diferentes idades da criança” (idem, p. 83). Somos aqui confrontados com outra das estratégias privilegiadas no âmbito do projeto renovador. Para além de serem uma das imagens de marca do ativismo, tão caro às chamadas Escolas Novas, é a sua dimensão educativa, ou seja, as suas implicações na formação integral das crianças que surgem enfatizadas. No que se refere aos métodos seguidos, o diagnóstico de Santos Correia é, como em Lyon, muito expressivo e, provavelmente, um bom retrato das opções tomadas, a esse nível, nas escolas suíças:

Em quase todas as escolas infantis da Suíça é seguido o método Froebel, mais ou menos modificado, segundo os princípios expostos; nalgumas das 89 escolas infantis do cantão de Tessino é adotado o método Montessori. Além destes dois métodos, merece especial referência o seguido na “École Nouvelle”, a que me referirei [idem, p. 84].

Esse texto permite-nos aquilatar da prevalência que as propostas pedagógicas do educador alemão, não obstante a sua relativa antiguidade, continuavam a manter, mesmo na Suíça, ao nível da educação infantil. As propostas de Maria Montessori desempenham um papel secundário. Curiosamente, aquilo que surge identificado como Escola Nova parece ocupar um lugar relativamente marginal, ainda que o relator mostre perfeita consciência da complementaridade existente, do ponto de vista das práticas educativas, entre as várias opções. Isso é bem visível quando

fala da instituição de referência que é a “Maison des Petits” [a “École Nouvelle” há pouco referida], destino obrigatório – verdadeiro lugar de peregrinação – dos muitos viajantes pedagógicos que acorrem a Genebra em busca de novidades pedagógicas.

A “Maison des Petits” do Instituto J. J. Rousseau é uma escola infantil cujos processos educativos têm muitos pontos de semelhança com os do método Montessori... passei aproximadamente duas horas na pequena mas alegre “vila” onde está instalada a escola e aí assisti a sucessivas manifestações da vida escolar dos seus pequenos alunos que em mim, como nos outros visitantes, despertaram um interesse sempre crescente...

A “Maison des Petits” constitui, assim, um interessante centro de observações e experiências, dotado de riquíssimo material para esse fim criado, pelas ilustres professoras [M.^{elles} Audemars e Lafendel]...

Das escolas infantis que visitei, a “Maison des Petits” é a que me parece oferecer à criança o meio mais propício à sua educação. Exige, porém, o seu bom resultado um conjunto de circunstâncias tão diversas e difíceis de reunir, que a sua adoção se torna delicada. É esse talvez o motivo por que na quase totalidade das escolas infantis da Suíça se segue o método Froebel, embora tenham sido modificados alguns dos seus processos; é também o que depreendi da opinião de alguns professores.

De uma ilustre educadora ouvi, referindo-se ao método Montessori: “considero-o vantajoso, mas para classes de poucos alunos”, a que eu acrescentarei – e quando se disponha de pessoal educador possuindo a excepcional competência que o seu ensino exige [idem, p. 91-95].

Esse conjunto articulado de citações, retiradas do relatório de Santos Correia, é particularmente interessante por duas razões. Por um lado, é reconhecida a exemplaridade, mas também o caráter laboratorial e excepcional, de uma das mais emblemáticas instituições criadas no âmbito do movimento da Educação Nova. Por outro, o texto expressa bem a forma pela qual uma corrente pedagógica se plasma na realidade escolar. Em geral, não na sua versão mais pura, mas em combinação com outras influências. Os contextos locais aproveitam as ideias e práticas em

circulação e combinam-nas de modo que correspondam às necessidades e condições próprias. A localização das doutrinas pedagógicas tem, em permanência, a marca do hibridismo.

As visitas realizadas a escolas primárias conduzem o relator a valorizar os temas do costume, isto é, os “esplêndidos edifícios”, as “dotações completas de material de ensino”, a profusão de “quadros” ornamentando as paredes, a presença constante de uma “atmosfera de animação e interesse”, a frequente “prática de jogos e passeios”, a grande “variedade de trabalhos manuais”, o registro da “frequência, comportamento e aproveitamento” em “boletins semanais e cadernos escolares”, entre muitas outras coisas.

As “escolas ao ar livre” e as “colônias de férias” merecem-lhe um elogio especial, pelos “extraordinários benefícios” que trazem às crianças, representando uma “verdadeira cura de ar e sol”, ocasião de contacto com as “belezas naturais” e contexto de “solidariedade, mútuo auxílio e sociabilidade”. São referidas, em particular, atividades como a jardinagem, os passeios a pé, os trabalhos domésticos e as duchas diárias. É o naturalismo típico das novas pedagogias que aqui surge no seu máximo esplendor, contribuindo para a regeneração física e moral das novas gerações.

Santos Correia dedica a última parte de seu relatório aos estabelecimentos que constituíam o principal motivo de sua missão – as escolas femininas de educação profissional e doméstica. São realçadas as características habituais: o “caráter essencialmente prático a que obedece o ensino”, o fato de as alunas executarem “todos os serviços, incluindo os da mesa, jardinagem, horta etc.” (idem, p. 182), os “dormitórios, por grupos de poucas alunas, oferecendo um aspecto alegre e confortável, que dá a impressão da vida em família”. Como na Bélgica, é notada a existência de uma “École Normale Ménagère” (idem, p. 182-185). O autor termina o seu texto com a seguinte conclusão geral:

Concluirei este relatório registrando que do confronto constantemente por mim estabelecido entre o nosso Instituto e as escolas que visitei trouxe a grata impressão de que aquele pode, sob todos os pontos de vista, ser co-

locado a par de muitas das boas escolas do estrangeiro. Oxalá ele continue a encontrar do Estado o auxílio que lhe é indispensável para prosseguir na elevada obra moral e social que, desde a sua criação, vem realizando de uma maneira sempre progressiva [idem, 191].

Como já vimos em relação ao relatório de Melo Vieira, também Santos Correia usa a viagem pedagógica, bem como a comparação do Instituto com estabelecimentos similares de educação feminina, como uma estratégia de valorização da imagem da instituição, tanto interna como externamente, ao colocar esta a par do que de melhor se faz no mundo a esse respeito. Para além de referência incontornável, no que diz respeito às novas experiências pedagógicas, a Suíça surge aqui como uma espécie de espelho em que esses educadores veem refletidas (e legitimadas) as opções inovadoras tomadas no contexto da instituição de que fazem parte.

Podemos concluir este artigo sistematizando algumas das conclusões já parcialmente esboçadas. As viagens pedagógicas aqui analisadas tiveram como destino, à semelhança de muitas outras, países tidos como detentores da “mais elevada cultura intelectual”. A escolha da Alemanha, da Bélgica e da Suíça é, a esse propósito, significativa. Professores do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, os nossos viajantes, dedicaram uma especial atenção às instituições vocacionadas para a educação feminina, na busca de “ensinamentos” que permitam o “aperfeiçoamento” da obra renovadora em que estão implicados. Como outros viajantes, Branquinho, Vieira e Correia não deixam de manifestar algum deslumbramento pela qualidade dos espaços e dos ambientes pedagógicos, pela originalidade de um ou outro dos métodos desenvolvidos ou pela pertinência moral e social de algumas novas instituições. No entanto, manifestando estar bem informados sobre as novidades pedagógicas em voga na Europa de então, a atitude desses nossos viajantes não é de mera subserviência ante as maravilhas visitadas. A avaliação é por vezes crítica, no confronto das duas realidades envolvidas. A consciência (real ou imaginária) da exemplaridade do Instituto torna-os mais exigentes. As semelhanças várias vezes encontradas (procuradas, mesmo) firmam

neles essa crença. Os relatórios legitimam o caminho até aí seguido. No conjunto, são um excelente exemplo, no que se refere aos anos de 1920, da relação entre a circulação internacional do pensamento pedagógico e de suas apropriações locais.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos Lectivos de 1928-1929 a 1937-1938. Odivelas: I.F.E.T., p. 133, s.d.

FERNANDES, R. Irene Lisboa e Áurea Judite Amaral: dois olhares sobre a escola a partir da “Escola Nova”. In: MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. (orgs.). *Viagens pedagógicas.* São Paulo: Cortez, p. 195-216, 2007.

INSTITUTO Feminino de Educação e Trabalho. Relatório da missão de estudo à Alemanha realizada em Maio e Junho de 1922 pelo Inspector da Instrução, Alberto David Branquinho. Arquivo Histórico – Militar, Fundo 3, Série 5.20, Caixa n. 7, p. 1., 1922.

LEITÃO, M. N. *Instituto de Odivelas.* Esboço sobre a acção educativa do Instituto de Odivelas, ao longo dos oitenta anos da sua existência [s.l.: s.n.], 1980.

LEMOS, A. V. O moderno movimento internacional em volta do ensino e da educação. *Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra*, III. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1930, p. 34-47.

NÓVOA, A. Uma educação que se diz Nova. In: CANDEIAS, A.; NÓVOA, A.; FIGUEIRA, M. H. *Sobre a Educação Nova.* Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941). Lisboa: Educa, p. 25-41, 1995.

_____. (Dir.). *Dicionário de educadores portugueses.* Porto: Edições ASA, 2003.

PINTASSILGO, J. Imagens e leituras da Educação Nova em Portugal. Os relatórios de bolseiros portugueses em visita a instituições educativas europeias (1907-1909). In: MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. (orgs.). *Viagens pedagógicas.* São Paulo: Cortez, p. 195-216, 2007a.

_____. Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). *História da Educação*, 11 (23), p. 35-65, 2007b.

REGULAMENTO do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Ministério da Guerra. *Ordem do Exército*, n. 3, 5 mar. 1921 (1ª Série), p. 73-74.

RELATÓRIO da missão de estudo à Bélgica. Abril – Maio 1923. *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Anos lectivos de 1925-1926 e 1926-1927*. Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin, p. 25, 1923

RELATÓRIO da missão de estudo à Suíça em 1925. *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Ano lectivo de 1924-1925*. Lisboa: Livraria Ferin, p. 34, 1925.

SARAIVA, C. *O Instituto de Odivelas: breve notícia histórica*. Odivelas: Edição do Instituto de Odivelas, 1978.

SECRETARIA de Estado dos Negócios da Guerra. Direção Geral – 3ª Repartição. *Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto de 11 de Maio de 1904*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 5, 1904.

SECRETARIA da Guerra – Repartição do Gabinete. *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Decreto n.º 1.868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 5, 1915.

SILVA, C.; LEITÃO, M. N. *Instituto de Odivelas*. Lisboa: [s.n.], 1990.

VASCONCELOS, A, F, (1915). *Une École Nouvelle en Belgique*. Neuchatel: Delachaux et Niestlé.

VILELA, A. M. *O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação. 1926-1969*. Lisboa: I.S.C.T.E., 1998.

Endereço para correspondência:

Joaquim Pintassilgo

Centro de Investigação em Educação

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Campo Grande

Edifício C6, Piso 1

Lisboa, Portugal

1749-016

E-mail: japintassilgo@ie.ul.pt

Recebido em: 13 ago. 2008

Aprovado em: 10 jul. 2009